

Transcrição da entrevista de Álvaro de Vasconcelos (Paris, 17 de Dezembro de 2013)

Source: Interview d'Álvaro de Vasconcelos / ÁLVARO DE VASCONCELOS, Véronica Martins, prise de vue : Alexandre Germain. - Paris: CVCE [Prod.], 17.12.2013. CVCE, Sanem. - VIDEO (01:52:01, Couleur, Son original).

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)
All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.
Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:
http://www.cvce.eu/obj/transcricao_da_entrevista_de_alvaro_de_vasconcelos_paris_17_de_dezembro_de_2013-pt-1f465d3d-3f53-461f-b9eb-27fae044b3e6.html



Last updated: 04/07/2016

Transcrição da entrevista de Álvaro de Vasconcelos (Paris, 17 de Dezembro de 2013)

Índice

1. Portugal e a União Europeia.....	1
2. Portugal e a União da Europa Ocidental.....	7
3. O funcionamento da UEO, a transferência progressiva dos seus poderes para a União Europeia e o seu contributo para uma defesa europeia.....	10
4. O contributo da UEO para uma política externa da União	14
5. A política externa da União Europeia no Sul do Mediterrâneo e na América Latina	16
6. A Política de segurança e de defesa da União Europeia e o papel da França e do Reino Unido.....	18

1. Portugal e a União Europeia

[**Véronica Martins**] Senhor Dr. Álvaro de Vasconcelos, em primeiro lugar, muito obrigada por nos conceder esta entrevista e por nos receber na sua casa, em Paris, hoje, dia 17 de Dezembro de 2013. Vamos então começar.

A 28 de Março de 1977, Portugal foi o décimo primeiro país a pedir a adesão às Comunidades Europeias. Acompanhou esse processo? E quais foram os elementos decisivos, na sua opinião, que levaram Portugal a fazer o seu pedido nessa altura?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Em 1977, Portugal tinha acabado de sair de uma crise extremamente grave, foi a crise da sua transição democrática entre 74/75.

Durante a crise de 74/75, opuseram-se em Portugal dois modelos de sociedade, dois projectos para o futuro de Portugal. Por um lado, o projecto que era representado pelas forças democráticas lideradas pelo Dr. Mário Soares, pelo Partido Socialista, mas aliavam um conjunto de partidos democráticos como o PSD e o CDS. E, por outro lado, o Partido Comunista e os seus aliados que tinham um projecto que era antagónico do grupo dos países dos partidos democráticos. Para o Partido Comunista, o “sol do mundo” era a União Soviética. Esta é uma expressão que foi utilizada pelo Dr. Álvaro Cunhal que disse: “O sol da Terra era a União Soviética”.

Para o Dr. Mário Soares, o futuro de Portugal era a União Europeia. Era a Europa, as Comunidades Europeias. Aliás, o Dr. Mário Soares disse na altura uma frase que ficou célebre que foi “Portugal, saído do Império e da tragédia que foram as guerras em África, tem um novo destino. E o novo destino de Portugal é a Europa.”

As forças que ganharam o combate político da transição democrática portuguesa eram pró-europeias e, consideravam que era essencial para a consolidação da democracia portuguesa, a adesão às Comunidades Europeias. E, por isso, o projecto de adesão ter sido tão forte desde o início da transição democrática. Por outro lado, durante a crise de 74/75, a consolidação da democracia portuguesa foi fortemente apoiada pelas democracias europeias.

O Dr. Mário Soares era socialista e nessa altura via que estava no poder, na Europa, uma série de líderes socialistas. Era o caso de Willy Brandt, na Alemanha, de Callaghan, na Grã-Bretanha, de Olof

Palme, na Suécia e os líderes europeus foram extremamente activos na transição democrática portuguesa.

Durante a crise de 74/75, creio que no Verão de 75, houve uma enorme campanha em Portugal que se chamava “A Europa Connosco” e havia cartazes por todo o lado a dizer: “A Europa Connosco”. O Presidente Mitterrand veio a Portugal – mais tarde Presidente e nessa altura era líder do Partido Socialista francês – (o Presidente francês nessa altura era Giscard d'Estaing)... veio a Portugal... o Presidente François Mitterrand, líder do Partido Socialista, apoiar os democratas portugueses. Houve um envolvimento muito forte das democracias europeias. Os partidos políticos portugueses, PS, PSD e CDS foram fortemente apoiados pelas fundações alemãs que se instalaram em Portugal: a Fundação Friedrich Ebert apoiando o Partido Socialista, a Konrad Adenauer apoiando o CDS e a Neumann apoiando o PSD.

Havia um envolvimento muito forte da Europa já na transição portuguesa. Portanto, era a coisa mais natural para os portugueses que quisessem consolidar o seu processo democrático, pedir essa adesão às Comunidades Europeias.

[**Véronica Martins**] E quais foram as reacções políticas à adesão de Portugal às Comunidades Europeias? E, do ponto de vista pessoal, como viveu esse momento?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Vamos começar, talvez, pelas reacções políticas. Nas reacções políticas – havia como eu lhe disse – uma divisão grande em Portugal. Para o Partido Comunista e os seus aliados, a adesão às Comunidades Europeias era uma derrota do seu projecto político.

Há um historiador muito próximo do Partido Comunista que escreveu na altura que, se Portugal aderisse às Comunidades Europeias, “Portugal transformar-se-ia numa colónia da Espanha.” Esta ideia que era forte no sector, vamos dizer, próxima dos comunistas portugueses era também forte, paradoxalmente, na Direita portuguesa, na Direita tradicional que tinha apoiado o regime da Ditadura do Dr. Salazar, que tinha olhado sempre com uma enorme desconfiança para a Europa.

Há uma frase célebre do Dr. Salazar que foi: “É impossível o projecto europeu, porque um conjunto de monarquias e de repúblicas não pode unir-se”. Ele estava a pensar nos belgas, nos holandeses, monarquias que iam unir-se, nos luxemburgueses, que iam unir-se a um conjunto de repúblicas, França, Itália e Alemanha. E, portanto, ele disse: “Isto é impossível, não podem unir-se democracias, repúblicas e monarquias.” E, olhou sempre com uma enorme desconfiança em relação à integração europeia e desenvolveu uma política de “isoladamente sós”.

Portanto, para os políticos da Extrema Direita e para o Partido Comunista, a adesão às Comunidades Europeias era contrária ao seu projecto para a sociedade portuguesa. E, mais: tinha uma retórica muito antiespanhola e uma questão central na adesão de Portugal às Comunidades Europeias era a atitude em relação à Espanha.

Pois, a política nacionalista portuguesa fez sempre da Espanha o inimigo. “De Espanha nem bom vento, nem bom casamento” – como diziam os nacionalistas portugueses.

Nas fronteiras entre Portugal e Espanha não havia pontes. Havia... uma ou duas pontes... na fronteira vastíssima e cruzavam-se os rios, em barcos, em *ferries*, porque se considerava que de Espanha vinha a ameaça.

E, portanto, nesse debate, em Portugal, opunham-se três grandes correntes políticas: os tradicionalistas que eram contra a adesão (pelas razões que mencionei), a Esquerda, comunista que era contra a adesão (pelas razões que também mencionei) e os socialistas e os democratas, em geral, o arco democrático dos partidos políticos portugueses que era favorável.

A minha posição... e como é que vivi esse momento. Eu tinha vindo de França. Eu estive em exílio... no exílio em França entre 1969 e 1974. Estive na Bélgica desde 67. Vivi na Europa, no exílio desde

1967. Quando eu regresssei a Portugal, comigo regressaram muitos indivíduos que tinham vivido no exílio. Era o caso também do Dr. Mário Soares que vivia no exílio, aqui em Paris. Eu próprio vivi em Paris nesse período e muitos portugueses tinham vivido no exílio político, na Europa.

Regressámos com uma noção do que era a Europa. Uns tinham mais ilusões sobre a Europa do que outros, mas para nós, os “novos estrangeirados”, regressavam a Portugal para apoiarem a tradição democrática. A Europa, a integração de Portugal na Europa ou a saída de Portugal da Europa, era um facto natural. Antes viviam pessoas que tinham mais preocupações com o que isso significaria para o modelo de desenvolvimento económico e social português. Eu, nessa altura, era (vou dizer que me inscrevia nesse grupo) dos que diziam: “Mas, Portugal que fez a revolução, possivelmente vai ter um modelo social mais avançado... mais socialista.” E os que olhavam para a Europa como sendo a consequência eleitoral das ideias que já defendiam em Portugal.

Mas, se Portugal era o destino da Europa, isso era claro para grande parte das pessoas que vinham do exílio.

Havia um outro dado extremamente importante que ainda não falamos que é a Guerra Colonial. É que, quando Portugal fez a sua transição democrática, acabou também com uma longa Guerra Colonial e com o Império Colonial. E a nossa motivação, para muitos de nós, tinha sido antes de tudo anticolonialista e democrática, mas muito fortemente anticolonialista. E a Europa, os Estados europeus mais avançados que tinham sido potências coloniais também tinham feito a sua descolonização. E, portanto, Portugal aderira a uma Europa que estava numa fase de transformação histórica, não só de integração económica, mas também de abandonar os sonhos coloniais. Isso tudo fazia sentido para muitos de nós, mas, fundamentalmente, para nós, fazia sentido. Naquele momento exacto era o combate contra o Partido Comunista porque, se se tiver bem presente o que é que foi a crise portuguesa e a gravidade entre o confronto do Partido Comunista e as forças democráticas, procurar aliados fora de Portugal, ter um apoio internacional para consolidar o novo regime democrático português e enfrentar o Partido Comunista e a União Soviética, de uma forma geral era, digamos, uma motivação muito forte, também para mim e para muitas pessoas que pensavam como eu nessa altura.

[**Véronica Martins**] O Dr. Vasconcelos é um especialista em relações internacionais. Então como definiria a evolução de Portugal desde a sua adesão às comunidades e, quais são, na sua opinião, as vantagens e os inconvenientes da adesão de Portugal?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Isso é uma grande questão! Eu vou tentar responder-lhe... com poucas palavras, porque é uma longa história.

A principal vantagem de todas, indiscutivelmente, foi a consolidação da democracia portuguesa. Podemos dizer que possivelmente a democracia portuguesa se teria consolidado sem a adesão às Comunidades Europeias. Não podemos dizer que foi condição essencial, mas foi um contributo muito importante. Hoje não podemos refazer a História... o que é que teria acontecido se Portugal não tivesse aderido às Comunidades Europeias?

Eu diria que se não houvesse a perspectiva de adesão, independentemente da adesão, da perspectiva da adesão e o apoio fortíssimo da Europa durante aquele período, Portugal - não penso - que se tivesse transformado numa “Cuba” da Europa, como Otelo Saraiva de Carvalho propôs, mas teria ficado um país mais ou menos neutro, uma espécie de terceiro mundismo europeu, um país distante. E depois se, entretanto, a Espanha tivesse aderido e Portugal não, o isolamento de Portugal seria enorme porque não há uma alternativa à Europa, podemos dizer que seria África como pensava o Antigo Regime ou o Brasil. Não são alternativas, são componentes importantes, mas não davam um projecto à sociedade portuguesa. Nesse sentido, acho que foi uma enorme vantagem política dar um modelo em quadro.

Do ponto de vista de desenvolvimento económico e social, acho que houve uma modernização enorme de Portugal entre 1974 e hoje, apesar da crise portuguesa a que farei já uma referência a isso.

Temos de nos lembrar primeiro porque Portugal era um país com elevado índice de analfabetos. Por volta de 1974, os analfabetos atingiam quase 30% da população, acho que 27%, um número extremamente elevado.

Era um país sem segurança social, era um país onde os portugueses tinham de emigrar para encontrarem um novo destino. Nos anos 60, quase um milhão de portugueses veio para França e gerações de portugueses tinham emigrado.

Era um país sem infra-estruturas, as estradas portuguesas eram perigosíssimas, faziam-se entre 300 e poucos quilómetros entre Lisboa e Porto. Era um risco enorme e morria-se em cada curva. Aliás, o ministro da altura, que se opunha, de certa forma, à integração europeia disse que Portugal não devia apostar em infra-estruturas, porque auto-estradas e estradas não serviam... “Os portugueses deviam continuar a andar de burro” – disse ele, publicamente.

Portanto, isto para lhe dizer que houve uma evolução extraordinária. O que é que vimos? Vimos o analfabetismo desaparecer em Portugal, o desenvolvimento de uma segurança social, um sistema médico extremamente significativo, um serviço de saúde moderno e bom - com problemas como todos nós conhecemos – mas bom. Vimos os portugueses com cursos universitários, como doutoramentos, investigações em número significativo e vimos, o que eu acho muito importante, a emancipação das mulheres portuguesas.

Uma das características do Antigo Regime era a discriminação em relação às mulheres [...]. Isso não era só do Antigo Regime, era uma coisa histórica de um país onde a cultura machista era muito forte e onde as mulheres tinham muito poucos direitos.

Até meados dos anos 60, as mulheres para saírem de Portugal tinham de pedir autorização aos maridos. Sem a autorização dos maridos não podiam sair de Portugal. O número de mulheres empregadas era muito pouco e, hoje, as mulheres portuguesas participam activamente na vida política e social e têm emprego (quando o têm, dado o problema da crise). Houve uma emancipação das mulheres, esta é outra componente extremamente importante.

Isto foi uma evolução enorme da sociedade portuguesa que foi certamente conseguida num período de democracia e de adesão às Comunidades Europeias. Eu acho que se pode pôr a questão de saber o que é que foi mais importante: a democracia ou a adesão às comunidades? Eu acho que a democracia foi absolutamente essencial e que a adesão às comunidades foi um apoio significativo para esse processo, do ponto de vista político, económico e social.

Quais foram os inconvenientes?

Podemos falar, em primeiro lugar, de inconvenientes do ponto de vista da política internacional, porque é o tema da nossa conversa.

Portugal até 1974 era um país isolado internacionalmente, um país envolvido numa longa Guerra Colonial que envolveu mais de 300 mil soldados portugueses, em três frentes de batalha, em Moçambique, em Angola e na Guiné-Bissau.

E era um país que era visto pela comunidade internacional como um país arcaico, metido numa Guerra Colonial que não fazia sentido, condenado sucessivamente pelas Nações Unidas, por causa dos climas que cometia em África e por causa da Guerra Colonial. Os momentos de libertação tinham ganho muita força e muito prestígio internacional e, o Governo português continuava a ter uma política de “orgulhosamente sós”. Portugal não tinha, verdadeiramente, uma política mediterrânica e as relações com o Brasil eram relações que eu tenho chamado de “comércio da saudade”, ou seja, vendíamos azeite, vinho, comércio para os portugueses que tinham emigrado para o Brasil. Mas isso tinha acabado e ia desaparecendo: do “comércio da saudade” tínhamos passado à “saudade do comércio”, porque praticamente já não havia comércio. E, também os brasileiros, que eram de um país do terceiro mundo, um país em vias de desenvolvimento, um país que se tinha emancipado e

tornado um país independente de Portugal. O Brasil era evidentemente solidário com os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Portanto, era um país isolado internacionalmente e da Europa. Na verdade, tinha aderido à EFTA, o que tinha dado alguma inserção internacional a Portugal e era membro da NATO, mas fundamentalmente era um país isolado.

Com a adesão às Comunidades Europeias, Portugal passou a ter uma integração forte na Europa e, a partir da Europa desenvolveu uma política nova em relação a África, aos países de língua portuguesa que se tornaram independentes. Em relação ao Brasil, alterou as relações com o Brasil que vamos falar mais tarde e, começou a ter uma política mediterrânica que Portugal não tinha. Portugal sempre tinha achado que o Mediterrâneo era para os espanhóis e para os outros europeus.

Mas onde foi mais significativa a mudança foi nas relações com a Espanha. A Espanha é o grande vizinho de Portugal. Mas, a política isolacionista e nacionalista da Ditadura portuguesa tinha “cortado” Portugal da Espanha e, as relações comerciais com a Espanha eram praticamente inexistentes – apesar de serem países vizinhos – inferiores a 6% do comércio português. E, com a adesão às comunidades, a Espanha passou a ser o primeiro país parceiro comercial e económico de Portugal - primeiro foi parceiro político - passaram a haver cimeiras ibéricas e os portugueses começaram a ir a Espanha. Houve uma transformação extraordinária das mentalidades em Portugal, também por causa da adesão às Comunidades Europeias e, portanto, Portugal passou a ser um país inserido no mundo.

Desvantagens da adesão: acho que uma das desvantagens da adesão teve a ver com as mentalidades. Portugal é um país que, historicamente, vive da economia de renda. Foi o ouro do Brasil, as especiarias da Índia e depois as colónias africanas, durante uma boa parte do século XX. A Europa foi vista por muitos portugueses como as novas patacas: as novas especiarias da Índia ou o novo ouro do Brasil, ou seja, o dinheiro que vinha das ajudas comunitárias era visto numa perspectiva que foi menos “desenvolvimentista” para Portugal, o que deveria ter sido uma série de programas. Portanto, Portugal não teve o choque de ter de fazer por ser difícil fazer, teve a vida facilitada com a adesão às Comunidades Europeias. Evidentemente que isso teve as vantagens todas que acabei de referir, mas também teve uma desvantagem do ponto de vista das mentalidades e que explica, em certa forma, a crise atual, mas falarei dela mais tarde.

[**Véronica Martins**] Ora bem, desde 1986, Portugal já tinha exercido a Presidência do Conselho da União Europeia três vezes: em 1992, em 2000 e finalmente em 2007. Na sua opinião, qual é a importância dada por Portugal ao exercício da Presidência e, qual é a visão portuguesa quanto à Presidência estável do Conselho Europeu?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Vamos começar por 1992. O ano de 1992 foi um ano extraordinário para Portugal. Por um lado, Portugal tinha começado a crescer economicamente, era membro das Comunidades Europeias, tinha a ideologia pró-europeia fortíssima em Portugal, o apoio à União Europeia e às Comunidades Europeias eram fortíssimos e a Presidência foi a consagração disso. Portugal preparou a Presidência meticulosamente, começou por haver, bem antes da Presidência, talvez mais do que num ano de Presidência, um grupo e um diplomata encarregados da preparação da Presidência que fixaram objectivos. Portugal quis fazer da Presidência, na União Europeia, em 1992, o grande momento de consagração do Portugal europeu. E, como sabe, construiu-se o Centro Cultural de Belém para que a Presidência tivesse lugar e fosse a sede da Presidência. Trabalharam muito meticulosamente a Presidência e esta, do ponto de vista da eficácia, foi extremamente bem-sucedida. Portugal definiu alguns objectivos próprios, mas assumiu os objectivos europeus como sendo os seus grandes objectivos. Era também o período da criação do mercado único.

Portanto, houve um momento muito especial e, do ponto de vista da política internacional, vou contar-lhe um facto interessante da Presidência em 92, que eu vivi pessoalmente.

Foi a atitude do Brasil que é significativa da relação Portugal/Brasil e como o Brasil via Portugal e a Presidência. Bem antes da Presidência, talvez recentemente antes da Presidência, o Dr. Vítor Martins, que era Secretário de Estado dos Assuntos Europeus na altura, convidou-me para um almoço no Ministério dos Negócios Estrangeiros por uma delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros brasileira [...] chefiada pelo seu Secretário-Geral – penso que era o Embaixador Seixas Correia, mas já não tenho a certeza – e que vieram conversar com os portugueses. Nessa conversa, os brasileiros vieram com uma agenda do que gostariam de conseguir durante a Presidência portuguesa da União Europeia e das Comunidades Europeias.

Para o Brasil, este identificava Portugal como um país europeu e como um país que, nas Comunidades Europeias, podia defender uma agenda de aproximação com o Brasil. Nessas conversas, de uma forma muito clara, o Brasil tinha o projecto, estava a lançar o projecto Mercosul e gostava que, durante a Presidência Portuguesa houvesse um Conselho de Ministros das Comunidades Europeias com os Ministros do Mercosul.

O Conselho teve lugar em 92, em Guimarães - era então o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, o Prof. Celso Lafer – e eu organizei no Centro Cultural de Belém, onde tinha lugar a Presidência, uma reunião, “União Europeia – Mercosul”, talvez das primeiras que se fez aí do ponto de vista mais académico de discussão dos grandes temas, mas com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil e do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal que dali foi para Guimarães encontrar-se com os seus parceiros. A Presidência portuguesa do ponto de vista da política internacional contribuiu para um salto nas relações entre a União Europeia e o Brasil. Aliás, no Tratado de Adesão de Portugal e Espanha estava escrito que esta adesão vai facilitar um desenvolvimento das relações de Portugal e Espanha com a América Latina e da Europa com a América Latina.

A primeira Presidência portuguesa, claramente, deu um passo nesse sentido.

A Presidência seguinte, do ano 2000 - era então Primeiro-Ministro, o Eng^o António Guterres - continuou na mesma perspectiva: nós vamos contribuir para um salto da Europa. Nessa altura, certamente, em relação ao Mercosul, eram muito grandes os objectivos do Eng^o Guterres que, entretanto, tinha descoberto o Brasil, que tinha investimentos muito significativos de Portugal no Brasil.

E de novo, eu organizei com o Instituto de Estudos Internacionais em que colaborou [...], na mesma, no Centro Cultural de Belém, o Eng^o Guterres, o Fernando Henrique Cardoso que era Presidente do Brasil, o Comissário Marin das Comunidades Europeias, para discutir a relação entre a União Europeia e o Mercosul e a ideia de um acordo de comércio livre que nunca se concretizou.

Aconteceu, no entanto, algo de estranho na Presidência de 2000. Foi uma Presidência extremamente bem-sucedida. O Eng^o Guterres expôs como um dos grandes temas da Presidência a inovação e o Conselho Europeu, juntamente com a Prof. Maria João Rodrigues (nessa altura trabalhava com o Eng^o Guterres) nesse projecto. Fizeram um projecto de... a Europa de 2010 ia dar um salto no desenvolvimento da inovação. Em 2010 ia ser tão avançada do ponto de vista da inovação tecnológica, como os Estados Unidos, algo que não se concretizou de todo.

Havia esse estímulo e uma vontade muito grande de ter grandes metas e isso o Eng^o Guterres fez com enorme sucesso. Há um ponto que, no fim da sua Presidência, o consenso na Europa era o de que o Eng^o Guterres devia ser Presidente da Comissão Europeia. Foi-lhe proposto ser Presidente da Comissão Europeia, simplesmente, como o Eng^o Guterres era líder do Partido Socialista, tinha medo de perder as eleições seguintes se saísse da sua liderança, mas o Eng^o Guterres não aceitou. Foi muito pressionado para aceitar ser Presidente da Comissão Europeia, o que veio a acontecer mais tarde com outro português, Durão Barroso que, no fundo, é na mesma o resultado do mesmo sucesso e, em larga medida, penso que das próprias Presidências.

Qual foi a questão estranha que aconteceu?

A Presidência de 1992 foi um enorme sucesso do ponto de vista europeu, mas também do ponto de vista interno. Ao fim da Presidência, os portugueses estavam mais pró-europeus e apoiavam o Governo que, na altura, era o do Prof. Cavaco Silva... mais fortemente no início da Presidência.

O Engº Guterres teve um enorme sucesso europeu, mas os portugueses começaram pela primeira vez – talvez - a olhar para a Europa com desconfiança. Todo este sucesso europeu, possivelmente está a enfraquecer-nos internamente. O Engº Guterres é muito activo na Europa, mas está a descurar Portugal cada vez mais. Antes não se punha essa questão, porque ser activo na Europa era tomar bem conta de Portugal.

Na Presidência de 2000, o activismo e o sucesso europeu começaram a ser vistos como algo que estava a enfraquecer Portugal do ponto de vista do seu desenvolvimento económico, social e político. E, terminou a Presidência da União Europeia com menos popularidade que a que tinha no início e, conversando com ele – que foi uma coisa que eu fiz – ele não percebia como é que isso poderia ter acontecido. Mas, se olharmos depois para os números começamos a perceber que, em 2000, Portugal começou a estagnar do ponto de vista do desenvolvimento económico e do crescimento. Portugal praticamente não cresce desde o ano 2000. Evidentemente que isto nada teve a ver com a Presidência, mas para os Portugueses isso foi muito assim.

Portugal fez, também na Presidência de 2000, como lhe disse Portugal equilibrava-se sempre. As necessidades europeias, o que faz uma Presidência é ter de assumir não os interesses nacionais mas os interesses do conjunto, com alguns interesses específicos portugueses. Na Presidência de 2000, iniciaram-se os grandes encontros entre a União Europeia e África. Isso foi o produto da acção da Presidência portuguesa, que voltou a repetir-se na Presidência de 2007. Essa parte da agenda europeia foi assumida claramente por Portugal e, ao mesmo tempo, a agenda portuguesa foi assumida pela Europa e a preocupação europeia com o crescimento económico, o trabalho e o emprego foi assumida também fortemente pela Presidência com o Projecto de Inovação, Competitividade e Emprego aprovado na Cimeira de Lisboa de 2000.

A Presidência de 2007 já é num momento completamente diferente e Portugal já não cresce. O entusiasmo pela Europa tinha decrescido. E, continuou a ser uma Presidência muito bem-feita, com uma agenda menos ambiciosa, quer ponto de vista europeu, quer ponto de vista internacional, mas que de qualquer forma penso que foi um sucesso e que demonstrou que as pequenas presidências, os pequenos países, são muito eficazes na Presidência quando o fazem com o profissionalismo que fizeram os portugueses. É porque... é muito importante para eles a Presidência, é o momento de “A Europa Connosco”, nós somos a Presidência da Europa, o que tem muito menos significado para a Alemanha ou para a França, ou para um grande país europeu.

2. Portugal e a União da Europa Ocidental

[**Véronica Martins**] Vamos agora abordar a questão da adesão de Portugal à UEO. Como decorreu o processo de candidatura? Quais foram as razões que conduziram à aceitação de Portugal na organização? Considera que foi um processo consensual ou com obstáculos?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Todo o processo da adesão de Portugal às Comunidades Europeias e mais tarde à UEO mas, sobretudo, às Comunidades Europeias tinha alguns obstáculos que eram os Estados da União Europeia que viam o processo da adesão como momentos de diluição das instituições europeias. Foi verdade para as Comunidades Europeias. Não pense que foi verdade para UEO, porque

a UEO era uma organização durante muito tempo, *veilleuse* (para usarmos a expressão francesa), que estava numa fase de renascimento quando Portugal pediu a adesão. Antes não se punha a questão da adesão.

Portugal, membro das Comunidades Europeias, tinha uma apetência da Europa muito forte, e de uma Europa política. Decidir aderir à UEO tinha mais obstáculos em Portugal do que na Europa. Para a Europa e para os Estados-membros da UEO, para a França, para a Grã-Bretanha e para os outros Estados, era o momento de corresponder ao renascimento da UEO. O facto é que Portugal, a Espanha e depois a Grécia quiseram aderir e aderiram. Portanto, isso foi um momento de crescimento da UEO.

Em Portugal havia um debate sobre essa questão porque Portugal tinha uma política muito atlantista. Havia toda uma corrente, sobretudo, do sector militar e este era extremamente influente na política externa e, sobretudo, nas suas componentes de defesa de Portugal. Havia uma corrente que se opunha à integração de Portugal na União Europeia. O conceito estratégico militar de 1986 (o conceito estratégico de defesa), no ano de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, que era secreto e que toda a gente conhecia (quem estava na área) dizia que a adesão às Comunidades Europeias criava uma vulnerabilidade grave para Portugal. Era uma ameaça à independência de Portugal. O conceito estratégico militar acrescentava que a Espanha continuava a ser o inimigo de Portugal.

Estamos em 86 em relação às Comunidades Europeias. A adesão à UEO para sectores militares antieuropeus e pró-atlantistas era a continuação deste processo de dissolução de integração de Portugal na Europa que era considerada uma vulnerabilidade grave, tanto mais que a Espanha também estava no mesmo processo de adesão. A Espanha antes tinha aderido à NATO e esta adesão foi vista também com enorme preocupação em Portugal.

Dou-lhe um exemplo, onde se vê bem o sentido desta preocupação. O General Firmino Miguel, que era Chefe do Estado-maior do Exército e foi Ministro da Defesa num dos Governos de transição democrática, escreveu um pequeno livro chamado “Portugal, a Espanha e a NATO”. Neste livro, dizia que a adesão de Portugal à NATO, da Espanha à NATO deveria ser bem vista por Portugal e ia permitir uma maior cooperação na Península Ibérica e, possivelmente, um comando único faria sentido. O General Firmino Miguel, Chefe do Estado-maior do Exército, foi atacado de traidor e o livro dele desapareceu praticamente. Eu organizei um debate com o General Firmino Miguel à volta do seu livro. A seguir a esse debate ele disse: “Isto é muito difícil e não vou continuar a discutir estas questões” (ele infelizmente já morreu) e deixou de defender este ponto de vista em público porque foi extremamente atacado.

Existia em Portugal uma corrente nas Forças Armadas, atlantista. Uma das pessoas mais ideológicas e fortes dessa corrente era o Comandante Virgílio de Carvalho, mas também o Embaixador Franco Nogueira que tinha sido Ministro do Dr. Salazar, que tinham exactamente o mesmo ponto de vista e que olhavam para todo este processo de adesão e de integração portuguesa nas instituições europeias e nas das da defesa, em particular, como contrárias àquilo que deveria ser a opção portuguesa, uma opção atlantista, portanto, com forte relação com a Grã-Bretanha e com os Estados Unidos, com a África lusófona e com o Brasil (esta era a política já do tempo do Dr. Salazar, da Ditadura) e antieuropeia. Portanto, havia uma preocupação, para Portugal, para os que tinham triunfado na crise de 74/75, para os que eram europeístas como o Dr. Mário Soares e o Dr. Jaime Gama, que era o Ministro dos Negócios Estrangeiros nesse período, na negociação de adesão à UEO.

A adesão à UEO era aderir a mais um clube europeu. Lembro-me que na altura, um amigo meu, o John Chipman, Director do ASS em Londres, e eu organizamos uma conferência para discutir a adesão de Portugal à UEO e ele ficou muito espantado com o entusiasmo dos investigadores que estavam naquela discussão com a adesão à UEO. Ele escreveu-me um bilhete (que não sei se ainda o tenho, mas que tive durante tempo) em que ele dizia assim: “There is there a club, so I want to join it”. A ideia que havia um clube, que a família europeia se fazia e se integrava de várias formas e que, Portugal devia estar em todos os números da integração europeia, os mais avançados que era a maneira de vencer a sua marginalidade e ter influência na decisão europeia, era muito clara nos partidos portugueses daquela altura. E, tinha a oposição, como eu lhe disse, mas o consenso triunfante

era favorável. Isso foi assim também com Schengen, Portugal quis ser Schengen desde o início. A UEO, onde havia um clube europeu, como dizia John Chipman onde Portugal devia estar.

[**Véronica Martins**] Que vantagens teve Portugal na UEO para a defesa do país?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Isso é uma pergunta praticamente impossível, porque a UEO, como sabe, era uma organização que ganhou alguma vitalidade nos anos 90, que teve algum papel na segurança europeia com a sua participação na Guerra do Golfo, com o desenvolvimento da MARFOR e da EUROFOR. Contribuiu para que Portugal e os militares portugueses, que tinham uma experiência fundamentalmente africana, e que depois tinham tido uma experiência política interna muito forte para a sua externalização e para a sua europeização e que tinha uma experiência NATO também forte, mas não tinha uma experiência europeia. Nesse sentido, acho que contribuiu, se queremos mesmo encontrar uma resposta à sua pergunta que é praticamente impossível, na medida em que os militares portugueses, uma parte dos sectores militares portugueses (lembro-me era a MARFOR), que do ponto de vista da segurança teve um contributo mínimo para a segurança portuguesa. No entanto, para os militares portugueses, para a Marinha portuguesa que era muito atlantista, o terem participado num grupo naval europeu e terem tido a ocasião, por vezes, de comandar o grupo naval europeu foi uma experiência interessantíssima para eles. Ouvi os Vice-almirantes que participaram na MARFOR dizerem: “Nós já estávamos no Mediterrâneo, durante o período da Primeira Guerra do Golfo”, que “Portugal tinha um papel e começaram a falar com os seus colegas europeus.” Portanto, houve um processo de europeização e, ao haver este processo, os militares portugueses estavam a externalizar-se, estavam a ser mais democráticos, mais europeus. Portanto, o risco de os militares antieuropeus, antidemocráticos... todo esse processo contribuiu para a democratização e a normalização das relações político-militares em Portugal, que era um dos grandes problemas em Portugal porque como nós sabemos, a Revolução foi uma Revolução de militares. Nesse sentido, penso que sim... no sentido que a segurança europeia e a segurança de Portugal e na medida em que a UEO terá contribuído para a segurança europeia, evidentemente que contribuiu para a segurança portuguesa. Mas a segurança directa de Portugal era um problema que verdadeiramente não se punha, punha-se durante a Guerra Fria porque havia uma ameaça soviética geral. Portanto, todos estes esforços europeus no domínio da Defesa contribuíam para a segurança, mas Portugal durante a Guerra Fria não era membro da UEO. Portanto, este problema não se punha, em relação à UEO; à Nato e às Comunidades Europeias.

3. O funcionamento da UEO, a transferência progressiva dos seus poderes para a União Europeia e o seu contributo para uma defesa europeia

[**Véronica Martins**] Ora bem, para seguir o fio do seu raciocínio, como avalia a aliança da UEO em matéria de defesa? Falou há pouco do artigo 5º, do Tratado de Bruxelas modificado. Considera que a cláusula de assistência mútua contida no Tratado de Lisboa tem a mesma força vinculativa?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Não tem a mesma força vinculativa, claramente, porque os seus signatários tornaram claro que não tinha a mesma força vinculativa, por causa das objecções britânicas e objecções de outros Estados-membros, mais “atlanticistas” que querem que o essencial da defesa europeia, no que diz respeito à defesa contra o ataque exterior aos Estados-membros da União Europeia, se mantenha na NATO. Portanto, a credibilidade de um artigo não vem só do seu conteúdo, vem da disponibilidade dos que o assinam para demonstrarem que isso é assim, e tomarem as medidas

necessárias para o fazer.

Mas, se do ponto de vista, digamos, redaccional, do conteúdo do artigo, o artigo do Tratado de Lisboa é menos vinculativo, mais fraco que o Tratado da UEO (o Tratado da UEO era mesmo mais avançado que o da NATO, porque no da NATO, os Estados devem decidir de que forma vão em socorro a um Estado-membro e podem ir de formas muito diversas), era claro que neste havia uma resposta colectiva a um ataque contra um Estado-membro.

Se isso é verdade, o do Tratado da UEO, do ponto de vista de um adversário potencial da Europa, onde um [...] de um Estado-membro da Europa não tinha credibilidade nenhuma, porque a união da Europa Ocidental não estava alertada dos meios para tornar credível esse artigo, o artigo 5º. Não tinha criado forças comuns, não tinha estruturas que dessem credibilidade a um artigo. O da União Europeia tem alguma credibilidade porquê? Não porque se criou uma defesa europeia que dê credibilidade ao artigo, mas os laços de integração são tão fortes que é um pouco impensável que se um Estado-membro da União Europeia fosse atacado, não houvesse uma resposta comum europeia, seria o fim da União Europeia! Vejamos que é o caso que sempre se discutiu nesses exercícios, nessas conversas, que a Finlândia era atacada no passado, ou hoje a Rússia enlouquecida atacava a Finlândia e a Europa não reagia... a Europa desaparecia! Há uma dissuasão existencial, uma dissuasão que não está escrita, que não precisa de estar escrita, que é a consciência que os europeus têm que, o grau de integração económica e de solidariedade política que existe nos Estados-membros, faz que um Membro não possa ser atacado sem que haja uma resposta colectiva. Agora, a credibilidade da resposta é que é discutível, exactamente porque a União Europeia não tratou dos meios para que se tivesse de dar uma resposta colectiva a um ataque de um seu Estado-membro, esta tivesse lugar. E, portanto, hoje, a resposta a um ataque de um Estado-membro continua a decidir a NATO. É o artigo 5º da NATO que defende potencialmente o que é dissuasivo em relação a ataques de um Estado-membro, exactamente porque a NATO usa de todas as estruturas e dos meios para responder. Tem uma estratégia de resposta, coisa que, hoje, a União Europeia não foi capaz de fazer.

[**Véronica Martins**] O Comité Permanente dos Armamentos foi dissolvido em 1989, vítima da falta de vontade política dos Estados. Contudo, a actividade da Assembleia Parlamentar da UEO mostrou ser persistente quanto à necessidade da promoção de cooperação europeia em matéria de armamento. Que balanço faz da acção europeia, quer da UE, quer da UEO, no âmbito da produção e da “estandardização” de armamentos?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Eu acho que é uma história com poucos sucessos muito significativos, porque a política de armamento é uma política muito nacional, mantém-se, há uma concorrência entre os Estados-membros nesse domínio e a Agência Europeia de Defesa que é herdeira do que a UEO fazia nesse domínio.

A Agência Europeia de Defesa é uma construção importante consegue desenvolver projectos que aproximam as indústrias dos Estados-membros e estes à área dos armamentos, mas tem tido resultados também muito limitados, muito longe do que seria a ambição para a União Europeia.

Gostava de dizer uma palavra sobre a Assembleia da UEO (não sei se faz parte das suas perguntas). Foi algo que acompanhei bastante e ainda por cima fui vizinho da Assembleia da UEO durante 5 anos quando dirigia o Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (que era no mesmo prédio do que o da UEO).

A Assembleia da UEO era uma componente importante do debate europeu sobre a defesa. Tinha, no entanto, uma fragilidade importante: os representantes nacionais da Assembleia da UEO não eram todos, longe disso, das Comissões Nacionais de Defesa dos Parlamentos Nacionais. Muitos deles eram representantes do Conselho da Europa e o facto de serem representantes do Conselho da Europa não era... significava que, a nível nacional, quem ia para o Conselho da Europa ou Parlamentar [...]

não estava preocupado com a defesa [...] estava preocupado com a cultura, com os direitos humanos e isso fez com que o debate sobre a defesa tivesse menos influência a nível nacional que o que devia ter.

No entanto havia um quadro europeu parlamentar para discussão das questões de defesa, envolvendo os Parlamentos Nacionais. O Parlamento Europeu é outra questão, não são os Parlamentos Nacionais e a política de defesa era, ainda antes de tudo, uma responsabilidade dos Parlamentos Nacionais.

Portanto, o facto de haver uma discussão das questões de defesa no Parlamento Europeu, numa subcomissão do Parlamento Europeu não tem implicações significativas nos Parlamentos Nacionais, enquanto na Assembleia da UEO tinha.

Por isso, eu tinha preconizado, fiz um relatório nesse sentido com Nicole [...] e Stéphane Sylvestre no quadro do Instituto de Estudos de Segurança da UEO sobre a necessidade de pensar um Conselho Europeu de Defesa que envolvesse os representantes dos Parlamentos Nacionais e, preconizávamos na altura que, a Assembleia da UEO e os seus representantes fossem da Comissão de Defesa, a nível nacional.

Essa evolução não se deu e, continua a ser absolutamente indispensável, substituir a Assembleia da UEO por uma estrutura europeia que envolva as comissões de defesa dos Parlamentos Nacionais numa discussão política sobre a Europa, que é fundamental para criar um consenso e uma cultura europeia de defesa nos Parlamentos Nacionais.

[Véronica Martins] Em 2000, Portugal exerceu a Presidência da UE e da UEO em simultâneo. Tem ideia dos debates internos quanto à progressiva passagem dos poderes da UEO para a UE? Se puder realçar, eventualmente, as posições da França e do Reino Unido... se tiver alguma ideia...

[Álvaro de Vasconcelos] Sim. Nós temos de nos lembrar que a política de defesa europeia nasceu verdadeiramente da nova política de defesa europeia, uma política de defesa ligada às instituições europeias. Nasceu em Saint-Malo, do acordo franco-britânico de 97/98, e portanto, o facto de os franceses e os britânicos terem relançado a política de defesa europeia, de os britânicos terem abandonado a sua oposição para que houvesse um esforço significativo europeu na defesa facilitou muito fortemente, quer a aceleração do processo da UEO, mas sobretudo, a passagem progressiva das capacidades da UEO para a União Europeia e o debate na altura entre franceses e ingleses e como Portugal se situava nesse debate era todo o problema da compatibilidade entre o esforço de defesa europeia que estava decrescente e o problema da NATO.

Em tudo isso há uma questão que tem uma razão muito específica que foi as lições da Bósnia e em que Portugal também esteve envolvido: o conflito da Bósnia, o facto de a guerra ter voltado à Europa, de os franceses e os britânicos terem sido impotentes para travarem os nacionalistas sérvios, a imagem de soldados britânicos e franceses acorrentados nas pontes da Bósnia, a humilhação que sofreram na antiga Jugoslávia. Os franceses e os britânicos foram obrigados a um esforço comum e levou-os a concluir que não teriam a defesa sempre garantida pela NATO e, portanto, daí o terem relançado a política de defesa. Ora, era como um processo de [...] comunicantes, quanto mais forte ou mais possibilidades havia na União Europeia (o processo começou com Maastricht em 92) de se desenvolver uma cooperação no domínio da defesa na União Europeia, mais a UEO (que tinha sido relançada) ia “perdendo gás” porque iam passando competências para a União Europeia.

Portugal e a Presidência Europeia de 2000, no que diz respeito à União Europeia, acentuou muito duas coisas. No desenvolvimento dos “Headline Goals” que tinham sido decididos em Helsínquia e que não se devia arrancar, tomando em consideração o Dr. Jaime Gama que era o Ministro dos Negócios Estrangeiros em 2000. É um homem com grande apetência para a defesa e um dos primeiros homens da lei de defesa nacional em 1982, que esteve muito ligado às questões da defesa, era membro da Comissão de Defesa do Parlamento português e depois foi Ministro da Defesa e

Ministro dos Negócios Estrangeiros ao mesmo tempo. O Dr. Jaime Gama deu à questão da defesa uma enorme atenção para a Cimeira da Feira e a Cimeira de Lisboa, mas, sobretudo, para a Cimeira da Feira (Cimeira Europeia) que teve a questão da defesa como uma das suas preocupações extremamente importantes. A ambição na altura era enorme para a defesa europeia. Em Helsínquia tinha sido decidido que a Europa ia desenvolver um número muito significativo de brigadas e uma força de 180.000 homens, capaz de projectar 60.000 homens, se possível, a 4.000 km de distância, com meios de transporte... havia uma ambição enorme para a política de defesa, porque Saint-Malo tinha permitido. Não há política de defesa europeia sem uma colaboração entre os franceses e os britânicos. E a “luz verde”, eu não diria “luz verde”, a “luz amarela” era uma “luz laranja” que os britânicos deram à política de defesa europeia permitiu esse desenvolvimento.

A missão na Feira era a de o Dr. Jaime Gama (e que a Defesa portuguesa deu muita atenção para o Conselho da Feira) tentar concretizar este sonho demasiado ambicioso, que o Dr. Jaime Gama em conversas que tive na altura considerava que era demasiado ambicioso, porque era praticamente impraticável a Europa dar um salto tal na política de defesa que seria capaz de ter 180.000 homens, uma força de intervenção rápida, capaz de projectar a 4.000 km 60.000 homens. Mas essa missão existia e ele, como especialista da Defesa e da Presidência portuguesa, dedicou-se fortemente a esse objectivo. Este era um dos objectivos. A outra preocupação portuguesa era que houvesse uma compatibilidade entre o esforço de defesa europeia e a NATO, porque apesar de Portugal ter feito essa aposta nas Comunidades Europeias, na UEO e depois na política de defesa comum europeia, nunca abandonou a ideia de que a NATO era algo essencial para Portugal e que era necessário haver compatibilidade. Portanto, já na Presidência portuguesa se começou a discutir fortemente como tratar as relações com a NATO. Evidentemente que continuava a haver em Portugal pessoas que achavam que todo este esforço europeu era feito contra a NATO e acentuavam mais a compatibilidade com a NATO do que verdadeiramente no desenvolvimento da política de defesa europeia.

[**Véronica Martins**] Ora bem, era para saber se efectivamente poderia realçar as posições francesas e britânicas. É apenas a questão dos debates internos, mas à volta das posições francesas e britânicas.

[**Álvaro de Vasconcelos**] As francesas eram muito claras, a França não era membro da estrutura militar integrada da NATO e a defesa europeia era um projecto nacional com consenso e a transferência da UEO começava a ser vista pela união da Europa Ocidental como uma estrutura do passado, porque era uma estrutura fundamentalmente militar e não tinha as componentes que tinha a União Europeia (política externa, económica e ajuda económica ao desenvolvimento). E, do ponto de vista dos franceses, a União Europeia ia tão longe quanto possível e foram os franceses os grandes motores da criação do Comité de Política Externa de Segurança Comum, das estruturas do Comité Militar da Nato, os primeiros chefes do Comité Militar da Nato foram franceses. A França dava uma grande prioridade ao desenvolvimento de estruturas no seio da União Europeia (eu disse da “NATO”, enganei-me, da “União Europeia”), à criação de políticas na União Europeia para desenvolver uma política de segurança e de defesa comum.

Os britânicos davam luz verde a uma cooperação franco-britânica forte nesse domínio, mas opunham-se a que a União Europeia desenvolvesse uma política de defesa comum que tivesse um artigo semelhante ao artigo 5º da NATO e que um ataque contra os membros da União Europeia seria um ataque contra todos, cláusula que existia no Tratado da UEO e, portanto, uma das razões pelas quais a UEO não foi dissolvida mais cedo, foi porque até ao Tratado de Lisboa da União Europeia não havia nada semelhante nos Tratados da União Europeia por oposição dos britânicos, forte oposição dos britânicos e estes que queriam que houvesse missões de paz, as chamadas missões de Petersberg que eram as missões da UEO. Portanto, eram missões de paz, de gestão de crises, mas não de uma defesa comum europeia, que também ainda não existe, mas que o Tratado de Lisboa criou uma cláusula de solidariedade entre os Estados-membros que podemos dizer que se aproxima do objectivo de uma defesa comum.

Essa divergência entre os franceses e os britânicos não desapareceu e continua a ser a diferença essencial, ou seja, os franceses apostam na defesa europeia como uma forma de autonomização dos Estados Unidos, da Europa no domínio da defesa. Os britânicos continuam a considerar que a Aliança Atlântica era muito mais importante do que a União Europeia, do ponto de vista da defesa, e opõem-se a que haja um desenvolvimento da política de defesa europeia que ponha em causa, ou que possa enfraquecer, do ponto de vista deles, as relações transatlânticas. Portugal e os portugueses estão no meio dessas duas posições: os europeístas mais convictos defendem uma posição mais próxima dos franceses, mas eu diria que o consenso em Portugal é mais próximo dos britânicos que dos franceses. Embora se, a Europa evoluir para uma política de defesa e sempre que evoluir para uma política de defesa, Portugal quer estar presente. É a diferença entre os britânicos. Os britânicos opõem-se, Portugal segue a oposição britânica, mas se a Europa avança, Portugal não quer perder isso tudo, quer ficar fora dos sectores mais avançados da integração europeia seja qual for o domínio, incluindo o da defesa.

[**Véronica Martins**] Ora bem, nós já tínhamos falado na questão da transferência das competências da UEO para a OE, mas gostava de ter uma síntese e ter a sua opinião sobretudo sobre o papel que teve a UEO durante esse período em que esteve e que foi progressivamente esvaziada das suas competências e até à sua dissolução.

[**Álvaro de Vasconcelos**] Eu aí... para ser muito sincero... para um trabalho como o seu tem que se ser sincero.

Eu acho que o fim da UEO foi um bocadinho triste porque já referi a importância que penso que um parlamento com uma acção parlamentar no domínio da defesa tem, para criar uma consciência comum no domínio da defesa e uma cooperação dos Estados-membros (e para isso é fundamental os Parlamentos Nacionais). Mas o fim da UEO foi uma vontade de alguns manterem uma estrutura que o Tratado de Lisboa e a evolução da política de defesa europeia tinham tornado menos relevante e, outros quererem a todo o custo manter essa estrutura, em vez de ter sido um fim em que todos nós nos pomos de acordo que, (no fundo era o que restava, no essencial, era a Assembleia da UEO) a Assembleia da UEO vai acabar e vai transformar-se numa coisa nova. Isso tinha sido um momento, vamos dizer, de glória. “Não, não se vai transformar numa coisa nova, vai-se perder é empregos.” Portanto, as grandes preocupações, as grandes discussões... não era o que se vai fazer do ponto de vista do conteúdo para continuar o debate parlamentar entre os Parlamentos Nacionais da defesa. E o que vai acontecer em relação às pensões das pessoas que trabalhavam na UEO e o que se vai fazer? Quais são as indemnizações que vão ter lugar? O que se vai fazer dos arquivos? O que se vai fazer das estruturas? O que se vai fazer de tudo o que existia? Houve uma concentração muito maior e, por outro lado, com os Estados-membros muito mais preocupados, o mais rapidamente possível, é deixarem de terem aquela despesa que era o seu contributo para a UEO, do que preocupados com o que tirar, que balanço fazer, (que é aquilo que se está a fazer com o seu trabalho), que balanço fazer da existência da UEO de forma a que União Europeia possa continuar a ter um “à qui”, a tirar algo desse “à qui”.

Eu referi dois aspectos que me pareceram importantes da Assembleia, do trabalho da Assembleia Parlamentar e a questão do diálogo mediterrâneo mas outros haveria. Essa discussão verdadeiramente não teve lugar, quer dizer, houve alguns Estados-membros que fizeram propostas, houve no Parlamento Europeu uma discussão sobre como continuar o trabalho no domínio parlamentar, mas a discussão essencial do esforço era como acabar com isto o mais depressa possível, para não se continuar a gastar um dinheiro que consideramos inútil. O fim foi um pouco triste para ser muito... eu vivia isso de perto porque estávamos no mesmo prédio no Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia que é o herdeiro do Instituto de Segurança da UEO. Estava no mesmo prédio que o da Assembleia da UEO, portanto eu vivia isso no quotidiano, no dia-a-dia.

4. O contributo da UEO para uma política externa da União

[**Véronica Martins**] Ora bem, no que diz respeito às questões de política externa, tanto o Conselho como a Assembleia da UEO promoveram debates nesse âmbito. Depois de explorados os debates e os relatórios parlamentares e os relatórios das reuniões do Conselho, foi possível constatar que, a região do Médio Oriente e do Mediterrâneo ocupou sempre um lugar de destaque na agenda da organização. Tendo em conta os interesses históricos da França e do Reino Unido naquela área, como qualificaria o papel da UEO no tratamento dos problemas iminentes, ou seja, inerentes, à região?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Eu acho que a UEO está como uma herança interessante da UEO, que foi a UEO ter iniciado um diálogo sobre questões de segurança com os países do Mediterrâneo e esse diálogo da UEO com os países mediterrânicos sobre segurança contribuía com uma medida de confiança para a Europa compreender quais eram as intenções do ponto de vista de segurança dos vizinhos do Sul e, para os Estados da União Europeia compreenderem melhor a política de segurança e vice-versa.

Portanto, havia um diálogo regular. Eu participei em iniciativas desse diálogo, escrevi textos para reuniões desse diálogo e sobre como consolidar esse diálogo, estruturá-lo e transformá-lo num diálogo que era fundamentalmente bilateral num diálogo verdadeiramente colectivo e na criação de uma estrutura colectiva no domínio da segurança. Esse diálogo no domínio da defesa da UEO é uma herança importante da UEO que com os países do Sul não foi retomado pela União Europeia. Portanto, o facto de a UEO ter sido dissolvida, enfraqueceu a política mediterrânica de diálogo com os países do Sul da União Europeia porque nada o substituiu até hoje. Isso, eu acho que foi uma herança significativa.

Quando Portugal teve a Presidência da UEO, sempre que Portugal teve a Presidência da UEO, deu importância a esse diálogo no domínio da defesa, quer no quadro da UEO (evidentemente que era o seu quadro da UEO), mas também no quadro 5+5 da Conferência para a Segurança no Mediterrâneo, o projecto para a Conferência para a Segurança no Mediterrâneo no Fórum Mediterrânico, como se chamava. Portanto, Portugal era muito sensível às questões do diálogo no domínio da defesa e da segurança e no quadro da UEO também. Acho que sim, desse ponto de vista... e depois havia uma série de relatórios que eram elaborados pela Assembleia da UEO em relação à questão da segurança no Mediterrâneo, vários deles com qualidade.

Lembro-me, por exemplo, que o deputado português, Pedro Roseta, foi relator de um desses relatórios. Organizamos no Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia (antes de eu ser Director, no tempo em que era Director John Roper, um britânico) a discussão desse relatório e que era um relatório claramente com qualidade. Havia um trabalho contínuo de acompanhamento das questões mediterrânicas feito pela Assembleia da UEO e pelo Instituto de Estudos de Segurança da UEO (porque temos de nos lembrar que o Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia começou por ser o Instituto de Estudos de Segurança da UEO e faz parte da herança da UEO o Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia).

O Instituto de Estudos de Segurança da UEO, no tempo de John Roper que era o Director e depois [...], o Mediterrâneo foi sempre uma componente importante e há um conjunto de textos em que eu próprio participei, (fiz um *sharing-papers* da segurança no Mediterrâneo) que foram elaborados por especialistas europeus, mas também de especialistas dos países do Sul, sobre temas como a Segurança Mediterrânica Ocidental que fala sobre as percepções do mito da segurança, sobre a Guerra do Golfo

e as lições retiradas desta guerra, que são um património o que comprova que a UEO teve nesse quadro um papel bastante importante e que é interessante porque... era um nicho que não estava preenchido e como a UEO procurava ter um papel, esse nicho não preenchido, foi preenchido pela UEO, que não foi retomado claramente pela política externa de segurança comum da União Europeia.

[**Véronica Martins**] A questão da energia ocupou sempre uma posição central na história da integração europeia. Basta lembrarmo-nos que a primeira comunidade fundada é mesmo a CECA. No âmbito da UEO foram promovidos alguns debates à volta da ideia de uma política europeia da energia, em particular depois do primeiro choque petrolífero. Considera que esses debates puderam contribuir para uma tomada de consciência da necessidade de uma política comum?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Certamente que esses debates e muitos outros tiveram lugar depois do primeiro choque petrolífero contribuíram para os europeus terem uma noção de que tinham problemas do ponto de vista de energia, porque não são países petrolíferos, porque o carvão é uma energia poluente e isso é acompanhado por um crescimento de movimentos ecológicos na Europa e uma consciência muito maior de que as mudanças climáticas são um problema grave e que a ecologia é um problema central para o futuro da humanidade. Tudo isso contribuiu, vamos dizer, para a consciência dos cidadãos europeus que as questões energéticas são importantes. Agora, daí a dar o passo que era a missão da UEO e da União Europeia nessas discussões para o desenvolvimento de uma política comum na área da energia, é que foi um passo que não foi dado.

Eu participei recentemente (era Director no Instituto de Segurança da União Europeia) na elaboração de um relatório sobre tendências pecuniárias de 2030 que editei para uma Comissão Interinstitucional da União Europeia incluída no Parlamento Europeu, na Comissão, no Conselho e no Serviço de Acção Exterior. Para fazer esse relatório fui a vários países do mundo e visitei os vários Estados da União Europeia. Vou contar-lhe a conclusão que eu tirei desse debate.

Se há uma consciência de que a energia é um problema sério e, sobretudo, o combate às energias poluentes devia ser uma prioridade da União Europeia, a possibilidade de uma política comum no domínio da energia, parece muito baixa. Nas conversas que tive com os alemães e estou a falar de alemães que são responsáveis do pensamento estratégico da Alemanha, a nível governamental, o que eles me disseram, quando eu lhes perguntava: “Mas vocês olham para o futuro e vêem uma política energética comum? Olhamos para o futuro e não vemos uma política energética comum, vemos uma política energética alemã e uma política energética francesa, que são diferentes e a razão por que são diferentes é que a França continua a apostar na energia nuclear como sendo uma componente importante do seu modelo energético e, que a Alemanha decidiu abandonar a energia nuclear e aposta nas energias renováveis.

Quando o presidente Sarkozy ia ao Norte de África e visitava os Estados do Norte de África, o seu objectivo era vender centrais nucleares, era um dos seus objectivos. Os alemães estão envolvidos num enormíssimo projecto de energia solar no Sahara em colaboração com os países do Norte de África, um investimento “monstro”! Isso é uma dimensão onde há claramente uma separação de políticas que torna muito difícil a convergência. Podíamos pensar nas relações com as potências com os países que produzem petróleo ou gás haveria um esforço de conciliação europeia e políticas europeias. Isso seria particularmente importante em relação à Rússia, porque há uma certa dependência, interdependência (para dizer melhor) da Rússia em relação à Europa, porque a Europa importa e da Europa em relação à Rússia porque a Rússia exporta.

Mas os grandes projectos com a Rússia no domínio energético é o grande projecto do *pipeline* que vem pelo mar do norte da Europa, é um projecto alemão não é um projecto europeu. Portanto, a consciência de que há um problema energético para a União Europeia e que há necessidade de uma certa... e que faria sentido político, uma política comum, esbarra na importância das políticas nacionais nesse domínio e no facto de que as políticas são fundamentalmente nacionais. Portanto, os debates que houve no passado contribuíram como no da Europa para alertar para a questão energética,

mas as consequências não são, uma política comum energética da União Europeia e, aparentemente, de acordo com o relatório que fizemos, a probabilidade disso acontecer nos próximos vinte anos é muito baixa.

5. A política externa da União Europeia no Sul do Mediterrâneo e na América Latina

[**Véronica Martins**] O Dr. Álvaro afirmou que a Comunidade Regional Euro-mediterrânica que é a União Euro-mediterrânica que apresenta no seu artigo do [...] de 2007 é, antes de mais, “*un projet des pays du sud de L’Europe et que c’est avec eux qui les partenaires méditerranéens peuvent créer le [...] du partenariat en 1995.*” Quais são as possíveis evoluções do Espaço Euro-mediterrânico tendo em mente os objectivos preconizados pelo Processo de Barcelona? E qual poderia ser o papel dos países do Sul da Europa, nomeadamente, Portugal e Espanha, nesse novo contexto?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Essa também é uma grande questão. Portanto, sintetizando essa grande questão: A União Europeia tem um vizinho muito importante a Sul no Mediterrâneo e é uma fronteira natural da Europa. Lembremo-nos que, o Estreito de Gibraltar tem 15 km, separa e une, e 15 km não é nada, do ponto de vista geográfico. A proximidade do Norte de África é enorme. Nós não temos sempre noção disso, mas a realidade é objectiva. A costa Sul, do Algarve português, (Portugal, Algarve) tem 140 km da costa marroquina, uma proximidade enorme. Essa proximidade obriga a União Europeia a ter uma política de integração económica, política e social, nos limites que pode fazer com esses países. A parceria euro-mediterrânica lançada em 1995, em Barcelona, não foi capaz, verdadeiramente, nestes anos e nos anos que se seguiram e até 2008, à Presidência francesa da União Europeia - que acabou com a parceria euro-mediterrânica e a transformou na união pró-mediterrânica - de desenvolver um projecto político significativo dos países do Sul. E não foi capaz porque os países do Sul eram ditaduras e a União Europeia, de facto, na prática, apoiava as ditaduras. Ora, como na Europa existem democracias, era muito difícil uma relação política com ditaduras e chocava a sociedade civil europeia e a sociedade civil dos países do Sul que a Europa fosse cúmplice de regimes ditatoriais e o problema básico é a enorme desconfiança que os europeus tinham e têm do islamismo político. Sabiam que a oposição de Ben Ali, de Mubarak, dos líderes políticos autoritários do Sul eram, antes de tudo, os partidos islamistas.

Hoje, assistimos nos últimos anos, desde 2011, a uma revolução democrática nos países do Sul.

Eu tinha preconizado com outros, no quadro do Processo de Barcelona, que se evoluísse para uma comunidade euro-mediterrânica de Estados democráticos, que a Europa acentuasse isso. Tínhamos proposto isso em 2005: o apoiar mudanças democráticas) e que para isso, se perdesse o medo do islamismo político, se tentasse compreender o que eram estes partidos, quais eram os seus objectivos, diferenciar entre os diferentes partidos, perceber que havia uma evolução desses partidos. Havia partidos islamistas que caíam em democracia e queriam participar no jogo eleitoral, mas a Europa teve sempre muita dificuldade em encontrar um consenso entre todos os seus Estados-membros com a política desse género. Quando vieram as revoluções, podíamos esperar que, a Europa, com entusiasmo, ia apoiar as democracias e iria evoluir para uma comunidade euro-mediterrânica de Estados democráticos como tínhamos proposto em 2005. Não se passou assim, porque a mesma desconfiança manteve-se, os processos são extremamente complicados (os processos de transição democrática). Vimos no Egipto o elo comunitário a travar o processo de transição democrático. Portanto, eu diria hoje, que a Europa não foi capaz ainda de responder às aspirações democráticas dos países do Sul.

Portugal teve sempre um papel importante na política mediterrânica das Comunidades Europeias e, depois da União Europeia, como país do Sul. Os outros países do Sul foram motores, em larga medida, de muitas das iniciativas europeias. Criaram grupos específicos, como o Grupo 5 +5 que reúne os países da Europa do Sul e os países do Norte de África. A cooperação no Mediterrâneo Ocidental lançada com o Presidente Mitterrand em que Portugal tinha participado.

Há um conjunto de iniciativas que sempre nasceram da Europa do Sul. Mas, a Europa do Sul é ambígua na sua posição porque, ao mesmo tempo, constitui o grupo de países mais próximo e o mais favorável a uma relação forte, mas também constitui o grupo de países que mais atento ou mais preocupado está com a possível desestabilização no Mediterrâneo. Portanto, há um conjunto de países que é favorável a uma relação forte, mas tem uma preocupação com a estabilidade, talvez demasiado excessiva, o que dificulta também uma relação mais estreita com os regimes democráticos e uma ousadia maior no apoio à democracia.

[**Véronica Martins**] Poderia falar-nos do Euro-Latin American Forum que lançou, dar-nos exemplos específicos de iniciativas nesse âmbito e qual era o papel da Espanha nesse Fórum?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Muito bem. Já referiu um pouco isso quando disse que lançámos esse Fórum a partir da Presidência portuguesa das Comunidades Europeias em 1992. Era uma organização entre uma instituição portuguesa, o Centro de Estudos Estratégicos Internacionais e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, maior associação empresarial da América Latina, com o apoio das Comunidades Europeias, da Comissão Europeia, do Governo português e do Governo brasileiro. O objectivo do Fórum era criar uma relação forte entre a União Europeia e o Mercosul. Para a União Europeia, considerávamos nós, era extremamente importante não estar isolado como grupo de integração do mundo. O facto de ter aparecido o Mercosul que reunia o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai num projecto do mercado comum e de integração mais profunda do que as corporações regionais que existem nos outros países do mundo, achávamos que devia ser, para a União Europeia, um objectivo extremamente importante apoiar a consolidação do processo Mercosul. E, por isso, propusemos no Fórum Euro-Latino-Americano a criação de uma zona de comércio único entre a União Europeia e o Mercosul.

A Espanha era extremamente importante para nós, porque nós não queríamos fazer deste projecto um projecto apenas português. Por isso, desde o início, quisemos dar uma dimensão europeia e isso começava com uma participação muito activa dos espanhóis (que foi sempre o caso) e de organizações, associações e universidades espanholas participaram sempre activamente no Fórum Euro-Latino-Americano, exactamente com o objectivo de lhe dar uma dimensão europeia.

Também fizemos uma das maiores reformas em Roma exactamente para “europeizar” esse objectivo e tinha o apoio muito activo da Comissão Europeia. O Comissário Marin foi sempre um grande apoiante (que é espanhol) do Fórum Euro-Latino-Americano.

O objectivo era esse: fixar o Mercosul como um grupo de integração profunda e tentar criar um laço forte através de um acordo de comércio livre. Esta proposta do acordo de comércio livre foi aceite pela Comissão Europeia, foi feita pelo Fórum, foi sempre feita pela Comissão Europeia. O Comissário Marin defendeu-a com muito ardor. A Espanha na Presidência de 2005 pôs na agenda um acordo de comércio livre com o Brasil, com o Mercosul, mas depois não houve consenso na Europa por causa da questão agrícola. Para haver um acordo de comércio livre com o Mercosul era preciso liberalizar o comércio agrícola. A Europa tinha de abrir-se às exportações agrícolas vindas da América do Sul, vindas do Mercosul, que são grandes exportadores de cereais e de carne. Isto provocou uma enorme oposição, sobretudo, em França e o acordo nunca chegou a concretizar-se.

Entretanto no Mercosul, a Argentina entrou em crise profunda, o Brasil emancipou-se como uma potência emergente e, na Presidência portuguesa de 2007, já não se falava de relações União

Europeia/Mercosul, mas na União Europeia/Brasil.

[...] passou, o Fórum pôs na agenda europeia uma questão muito importante, mas o momento passou e não se concretizou esse projecto.

6. A Política de segurança e de defesa da União Europeia e o papel da França e do Reino Unido

[**Véronica Martins**] Ora, considera que, em termos de defesa, a representação da UE tem mais credibilidade, ou poderia ter mais credibilidade perante os Estados terceiros e as organizações internacionais se for assegurada pela França e/ou pelo Reino Unido?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Sim, sem dúvida, sobretudo, se for assegurada pela França com o apoio do Reino Unido ou pelo Reino Unido com o apoio da França, a credibilidade é muitíssimo maior por uma razão muito simples: é que só a França e o Reino Unido têm uma capacidade militar significativa e não é só uma capacidade militar significativa, têm uma tradição de projecção de força. Viu-se recentemente, com o Mali, hoje com a República Centro-Africana, que a França projecta poderio militar, durante o conflito na Líbia, contra o Coronel Kadhafi para impor o princípio da responsabilidade de proteger e quem interveio foi a França e a Grã-Bretanha. Quando a França e a Grã-Bretanha se unem, a credibilidade da política de defesa europeia é muito grande; quando não se unem é muito mais fraca. Se quisermos ver progressos, aqueles progressos que começaram a haver a partir de Saint-Malo, o que fez que entre 2000 e... bem... Durante uma década, a partir de Saint-Malo, de 1998 até 2008, a Europa fez 23 missões de política de segurança externa e de defesa, algumas delas com uma componente militar significativa, como no Congo, no Chade, na Bósnia, no Kosovo, sobretudo na Bósnia onde foi muito significativa. Isso foi possível graças ao acordo franco-britânico. Quando os franceses e os britânicos, sobretudo, os britânicos se envolveram na Guerra do Afeganistão a um nível que tornou muito difícil a sua participação em acções militares, outras que as do Afeganistão, e quando a Grã-Bretanha perdeu o entusiasmo em relação à política de defesa europeia, como é o caso hoje, a capacidade da Europa de agir militarmente diminui de forma muito significativa. É o que se passa hoje em que, praticamente, não há missões europeias, mas há missões francesas, o que prova aquilo que eu estava dizer que são os que têm capacidade, mas não há missões europeias. Para as haver tem de haver a colaboração franco-britânica.

[**Véronica Martins**] O Dr. Vasconcelos teve conhecimento de posições específicas defendidas pela França e pelo Reino Unido durante a última CIG quanto às disposições sobre a política de segurança e defesa comum e que eventualmente terão suscitado tensões?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Sim, eu referi um pouco isso, por um lado, a ambição francesa de uma política europeia de sucesso. A oposição britânica, que começou por ser uma oposição, vamos dizer, um pouco ideológica, é na NATO que se faz a política europeia de defesa.

Uma questão muito importante: para os franceses, na NATO a Europa devia ter uma voz comum, quer dizer, os Estados-membros da NATO, da União Europeia que são membros da NATO deviam ter uma posição comum na NATO, uma voz comum, uma voz europeia na NATO.

Os britânicos opõem-se completamente a isso: querem que na NATO cada Estado-membro esteja *per si* e que não haja uma consensualização das posições dos Estados-membros. O argumento britânico é

que os Estados Unidos nunca aceitariam uma posição comum europeia. E uma voz comum europeia teria uma grande objecção americana. Isso, de certa forma, quando foi relançada a UEO e quando se começou a falar de política de defesa comum europeia, os americanos mostraram algum descontentamento em relação à possibilidade de haver uma voz comum europeia no domínio da defesa, que isso enfraqueceria a NATO, sobretudo que eles, americanos, teriam muita dificuldade em negociar com um actor único. Um actor único europeu é um actor que cria um consenso entre ele antes de falar com os americanos, mas a flexibilidade (nisso os americanos têm alguma razão) na negociação nesse domínio é mais frágil e, além disso, os americanos temiam que os seus aliados europeus (aliás, são todos aliados dos Estados Unidos, mas os mais aliados, aqueles que são ainda mais aliados dos Estados Unidos, os mais próximos ou os mais sibilistas, se quisermos) em relação às posições americanas se enfraquecessem nesse diálogo. Portanto, os americanos eram os porta-vozes da conferência inteira governamental em todas as questões sobre política de defesa europeia deste ponto de vista americano e, portanto opunham-se a esta ideia, opunham-se a um artigo 5º, um tipo de artigo 5º que enfraqueceria a NATO e opunham-se à ideia de uma voz comum europeia.

No entanto, a posição americana evoluiu porque os Estados Unidos que se opunham ao desenvolvimento da política de defesa, hoje, com a sua vontade têm uma presença mais significativa na Ásia aliada ao facto de não quererem envolver-se nos conflitos na vizinhança da União Europeia, nomeadamente, o Mediterrâneo... as lições que tiraram da Guerra do Iraque, do Afeganistão e isso tudo.

A administração Obama tem dito que, para nós é importante que haja uma política de defesa europeia e uma voz comum europeia e aí poderíamos dizer que os britânicos então podiam ter dito “agora somos entusiastas da política de defesa europeia”. Mas, não é o caso e não o é por várias razões. Por um lado, porque entretanto a Grã-Bretanha foi o partido conservador que é mais atlantista e mais antieuropeu que chegou ao Governo, por outro lado na Grã-Bretanha há uma discussão séria sobre a própria ideia de integração europeia e que os sectores são opostos à Europa política e ainda são muito maiores que os opostos à Europa económica. Portanto não há um consenso parlamentar suficientemente forte ou político suficientemente forte para apoiar uma política mais activa na área da defesa e porque a concentração do esforço britânico no Afeganistão, depois da Guerra do Iraque, diminuiu muito a capacidade britânica de participar na Europa da defesa. Portanto a discussão extensível sobre os avanços possíveis na defesa europeia tinham sempre oposição, tinha uma oposição britânica significativa e quando eu era Director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, nós organizámos vários exercícios, debates sobre a Europa, etc., sobre a Europa da defesa e os britânicos tinham uma posição dupla. Os britânicos que são muito pragmáticos eram um pouco contra a discussão um pouco teórica sobre política de defesa europeia, porque também percebem que os franceses quando avançam com ideias mais avançadas da política de defesa europeia não quer dizer que as vão materializar, necessariamente. Portanto, os britânicos eram sempre do ponto de vista “vamos discutir conflitos e o que se faz em relação aos conflitos” e a partir daí é que se pode avançar com a política de defesa europeia.

Portanto, fugiam um pouco à discussão institucional, eram críticos até da discussão institucional, mas também são críticos pelas razões que eu disse. E depois há uma questão, que é a questão financeira que, (isso eu constatei pela minha actividade prática, até em relação ao Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia que é uma componente da política de segurança e defesa da União Europeia) quando chegávamos à discussão financeira, a oposição britânica era sempre enorme. Essa oposição britânica pode ser por uma política de rigor britânico, em parte será, mas também porque não querem *empower* (para usar a expressão inglesa) as instituições de defesa europeia.

[**Véronica Martins**] Ora bem, acabámos de realçar as divergências e quanto às convergências, entre o Reino Unido e a França? No âmbito da defesa, o que poderia sublinhar? Podemos abordar aspectos mais específicos como a questão da Agência Europeia do Armamento ou então, por exemplo, o alargamento no âmbito das missões de Petersberg, entre outras questões de armamento.

[**Álvaro de Vasconcelos**] Não, os britânicos como há pouco estava a dizer, quando são questões de ordem prática, quando se põe a questão de desenvolver missões específicas no período em que estavam disponíveis e consideravam que podiam e deviam participar como nos Balcãs, eles participavam e aí havia uma clara convergência da França e da Grã-Bretanha no aspecto operacional, ou seja, o facto de os franceses e os britânicos pertencerem a dois Estados europeus que têm uma disponibilidade grande para a defesa, têm meios para a defesa significativos, faz que quando chegam a um acordo político, que uma determinada acção deve ter lugar, há uma disponibilidade de ambos.

Acho que a convergência fundamental está aí. A convergência fundamental está na compreensão pelos franceses e pelos britânicos que são indispensáveis uns aos outros, para que haja uma política de defesa europeia, ou para que eles os dois possam agir a nível internacional.

A diferença fundamental (vou voltar às diferenças, pois são muito importantes para compreendermos o problema) é que para os britânicos, a cooperação com a França é a “cooperação com a França”. E foi claro na operação da Líbia. Aí a convergência dos britânicos com os franceses é “nós, franceses e britânicos somos um grupo à parte, na União Europeia, do ponto de vista da defesa, e se há problemas graves em que é preciso uma intervenção militar comum, então nós entendemo-nos.” É esta a posição actual e fundamental do Governo britânico, quando pensa em cooperação no domínio da defesa e até no domínio do armamento é através de uma cooperação bilateral. Os franceses continuam a considerar que há um quadro europeu onde essa cooperação se deve desenvolver. E agora, com o corte que houve nos orçamentos de defesa dos Estados-membros da União Europeia, essa possibilidade de uma cooperação torna-se a necessidade da cooperação e torna-se ainda maior. Hoje, os meios nacionais para a defesa começam a diminuir e, portanto, faria todo o sentido uma cooperação entre eles, mas mesmo assim os britânicos continuam nesse domínio a acentuar a cooperação com os franceses e na cooperação europeia.

[**Véronica Martins**] Na sua opinião, quais foram até agora, os principais sucessos e as principais lacunas na construção de uma política de segurança e defesa comum?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Começamos pelos sucessos. Acho que os sucessos se devem, em boa parte, (nós realçamos muito os franceses e os britânicos), mas uma parte dos sucessos... às vezes os homens têm um papel muito importante. Acho que o Javier Solana, como alto representante para a política externa de segurança comum da União Europeia, teve um papel importante nos sucessos. Os sucessos foram, depois de Saint-Malo, de haver a possibilidade de lançar eleições europeias houve uma série de missões. O Solana (como foi dito por um colaborador muito próximo dele) quando assumiu o cargo de alto representante para a política externa e segurança comum decidiu que haveria uma missão europeia todos os seis meses. Era um pouco “ashling the flag”. A Europa e, portanto, como eu lhe disse, nos primeiros dez anos houve 23 missões, algumas missões eram significativas outras não eram muito significativas. Houve 23 missões e o sucesso significativo da política de segurança e defesa foi esse: foi, durante um período de uma década, ter dado um contributo significativo (e isso não é pequeno) para a paz internacional antes de tudo nos Balcãs, com a missão na Bósnia Herzegovina e no Kosovo, que contribuíram para a estabilização nos Balcãs, isso é um sucesso muito significativo, para um contributo significativo para as acções das Nações Unidas. Aliás, quando eu ia a Nova Iorque, as Nações Unidas, no período de Director do Instituto de Estudos de Segurança Europeia, e falava com as pessoas, com os responsáveis da área das missões de paz eles diziam “hoje o contributo europeu é muito significativo... no Congo, no Chade no Líbano, em vários países do mundo havia uma presença europeia significativa em missões de fronteira, inclusive missões na Ásia, na Indonésia. Portanto, a Europa contribuiu para a paz internacional. Isso não é coisa pequena, em vários países do mundo começou a haver a ideia que a União Europeia era uma presença não só económica como é tradição, ajuda ao desenvolvimento, mas no caso de crises graves haveria uma

presença militar da União Europeia.

Eram acções fundamentalmente de carácter humanitário, o que eu quero dizer com isto é que não era uma acção humanitária no sentido de ajuda humanitária, com tendas, medicamentos... Não, era uma acção de protecção de pessoas, de criar uma condição, uma situação de paz que acabava com crises humanitárias muito graves.

Foi a questão, o caso da missão no Chade em que a União Europeia, com uma componente militar essencialmente francesa mas comandada por irlandeses. Isso também é muito significativo, porque é um país neutro e porque tinha o comando na missão da União Europeia do Estado, que dá uma legitimidade enorme a esta missão. Não me parecia convenção colonial francesa ou neocolonial francesa, mas era uma missão da União Europeia.

Dão um contributo muito significativo para proteger as populações do Chade e os refugiados do Sudão [...] A União Europeia deu um contributo significativo à paz e à protecção das pessoas. Isso acho que foi o contributo significativo e é um contributo, vamos dizer, para a estabilidade e para democracia nos Balcãs, na Bósnia Herzegovina e no Kosovo.

Fez isso pela componente militar e não só pela componente militar mas também com a componente de polícia e judiciária, porque a missão no Kosovo e na Bósnia Herzegovina tinha uma componente de polícia muito grande e uma componente de Estado de Direito, no Kosovo e na Bósnia Herzegovina e isso foi um contributo importante da União Europeia.

Portanto, aí não tenho dúvidas nenhuma que a União Europeia deu um contributo importante para a paz. O que acontece hoje é que esse entusiasmo que havia para as missões para a União Europeia como uma estrutura de segurança e defesa, em 2000 quando Portugal assumiu a Presidência e que, no princípio do ano 2000, se quebrou e isso quebrou claramente.

É difícil perceber porque se quebrou, por um lado, quebrou-se por causa do Afeganistão, o esforço enorme no Afeganistão tirou aos Estados Europeus uma grande capacidade de acção internacional, quebrou-se porque o consenso para missões diminuiu, porque a Alemanha é cada vez mais reticente no envolvimento em operações militares, a população alemã, os cidadãos. Isso também diminuiu e também se quebrou porque a situação da crise económica e financeira leva os Estados-membros a cortarem, e portanto, cortam fundamentalmente na área da defesa porque os seus cidadãos, a ideia da defesa europeia é muito importante, mas as missões de paz em países terceiros, evidentemente, não são vistas como uma prioridade quando há desemprego na Europa e problemas tão graves como há hoje em muitos países europeus.

[**Véronica Martins**] E para acabar, como concebe o futuro da política de defesa e segurança comum?

[**Álvaro de Vasconcelos**] Eu, de um optimista, em relação à política de defesa e segurança comum. Hoje não diria que sou um pessimista, mas sou um crítico. Penso que a ambição que existia em 2000 e que se pensava que era uma força de intervenção rápida europeia... tinha de ser 180.000 homens para projectar 60.000 [...] que essa ambição desapareceu. Será que vai reaparecer? Será que vai haver um estímulo suficiente para que reapareça?

Se olharmos para o futuro (vamos olhar para 2030, que foi o relatório de que lhe falei), nós concluímos que os Estados-membros da União Europeia mais importantes, Alemanha, França e Grã-Bretanha terão uma tendência para um mundo policéptico, um mundo em que muitos actores têm a tendência de terem uma acção como potências médias a nível mundial, às vezes independente da União Europeia. Portanto, a possibilidade da cooperação europeia no domínio da defesa tinha nascido tão fortemente do conflito na Bósnia Herzegovina... incentivos para isso vão diminuir em vez de aumentar, porque haverá mais possibilidade de a Alemanha ter uma política internacional aproximando-se da China, da Índia, de potências emergentes.

Onde é que resta a esperança? Resta no seu tema, na cooperação franco-britânica, ou seja, que a Europa se faça, não porque todos fazem tudo, como era o nosso sonho: uma Europa de países iguais que se integravam, uma política de defesa europeia de 28 Estados-membros hoje e que amanhã não sabemos quantos, em que todos contribuíram para a solidariedade comum, para acção comum e para a paz internacional em primeiro lugar, mas que haja um grupo de Estados-membros à volta da França e da Grã-Bretanha, numa Europa de geometria variável, de integração diferenciada em que uns vão mais rápidos na área económica e outros mais na área da política externa da defesa e que aí haja uma cooperação real.

Os franceses e os britânicos que compreendam que os Estados- Unidos não vão estar presentes como estavam no passado. Isto acho que os franceses já compreenderam e os britânicos certamente também vão compreender, porque são países pragmáticos, realistas e que analisam a situação internacional e vão perceber que se se quiserem estabilizar, contribuir para estabilidade em zonas tão importantes para a segurança europeia como o Sahel, o Norte de África, a Europa de Leste, vão ter de agir como Estado, como europeus, sem ficarem “À espera de Godot” e o Godot, como nós sabemos, na peça, também nunca vem... para não ficarem à espera dos Estados Unidos e aí é que pode ressurgir um projecto político de defesa europeia em que, possivelmente, muitos de nós, europeus, nos identificaremos menos, mas que será uma realidade forte. Isso significará que os franceses vão ceder à ideia que a política de defesa europeia far-se-á pela União Europeia, mas essencialmente com os britânicos e com alguns Estados que juntar-se-ão a este grupo, mas será num eixo franco-britânico e que a União Europeia dará apoio, porque hoje as missões de paz não são só missões de guerra, são, sobretudo, missões de paz com uma componente de gestão de crises, de ajuda ao desenvolvimento, de sociedade civil, de Estado de Direito, de polícia, e a Alemanha, creio que terá bastante disponível para as outras componentes.

Vamos para a parte de defesa, não uma defesa dura, árdua... *military action*... vai ser preciso a cooperação franco-britânica e esta será possível sob este compromisso, como eu estava a dizer, menos a Europa que trará os britânicos para o lado dos franceses, mas mais empenho britânico o que trará os franceses para o lado dos britânicos. Se esse movimento comum existir, haverá, no futuro, algo que poderemos chamar de defesa europeia que terá de coordenar essa acção militar como estrutura da União Europeia que esperemos mais eficaz no futuro e mais voluntariosa, tirando as lições daquele período dos primeiros anos das missões comuns europeias em que os outros acabam por pagar e os franceses e os britânicos com a ajuda de alguns, talvez os polacos, hoje estão cada vez mais disponíveis para iniciativas deste tipo terão um empenho militar significativo.

[**Véronica Martins**] Obrigada pelo seu testemunho e pela sua colaboração!

[**Álvaro de Vasconcelos**] Foi um grande prazer!